

FOLHA DE OPINIÃO



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EMPRESAS PETROLÍFERAS

Roteiro para uma economia de baixo teor de carbono em 2050 (Roadmap for moving to a competitive low-carbon economy in 2050)

Sem dúvida que a luta contra as alterações climáticas é um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta actualmente. A menos que sejam tomadas rápidas acções a nível global, capazes de estabilizar a crescente concentração de gases causadores do efeito de estufa e o consequente aumento da temperatura da superfície da terra, poderão resultar danos irreversíveis e catastróficos.

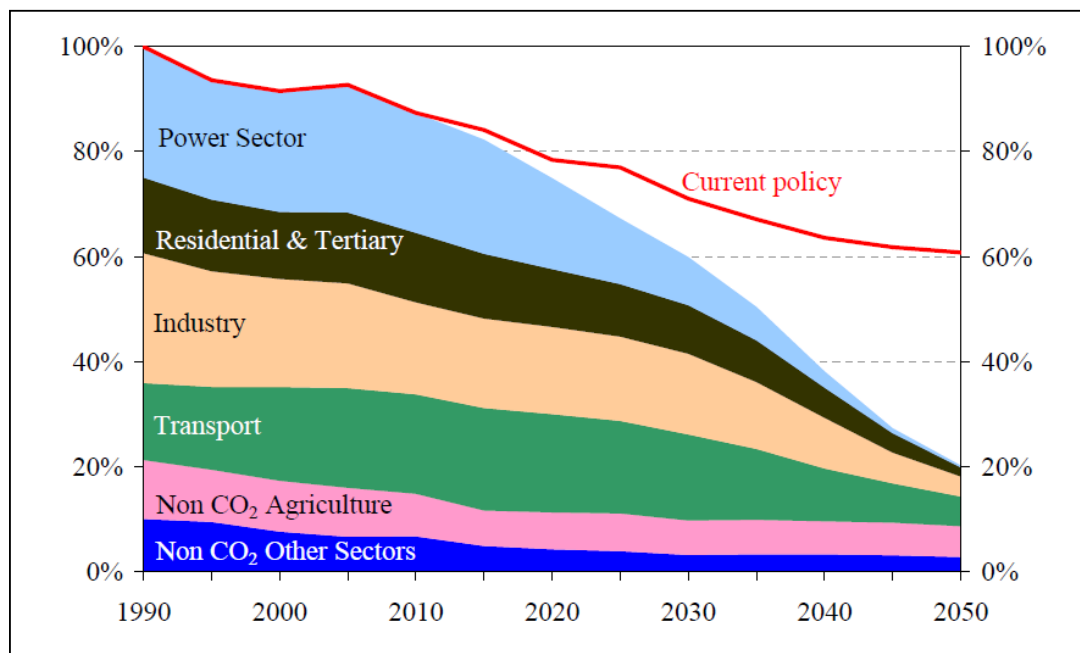
Sem dúvida também, que esta crescente concentração de gases causadores do efeito de estufa na atmosfera se deve ao desenvolvimento da economia Mundial, sendo sinónimo de progresso e de melhoria das condições de vida para grande parte da população a nível global, que passou a ter acesso a energia.

Só em 2010, o consumo de energia primária mundial subiu 5,6% em média, sendo superior nas economias emergentes, como é o caso da China onde subiu 11,2%, ultrapassando os Estados Unidos da América, e sendo agora responsável por mais de 20% do consumo mundial. A consequência deste quadro é que se terá assistido em 2010 a um crescimento significativo das emissões de gases de efeito de estufa, levando a temer pelos objectivos de conter a concentração na atmosfera na ordem das 450 ppm, valor que reúne algum consenso como condição indispensável para que a temperatura média global não ultrapasse os 2 a 2.5 °C, valor tido como limite para se evitarem alterações climáticas com consequências económicas e sociais dramáticas para largas camadas da população.

A União Europeia, que apenas representa um pouco mais de 10% das emissões globais de gases causadores do efeito de estufa, desde sempre se comprometeu no combate às alterações climáticas, tendo vindo a adoptar políticas integradas que conduzam a uma "economia de baixo teor de carbono", como foi o caso em Dezembro de 2008, ao estabelecer metas ambiciosas para 2020, conhecidas como "20-20-20". Dessas metas: uma redução da emissão de gases causadores do efeito de estufa de, pelo menos 20%, relativamente aos níveis de 1990; 20% do consumo de energia ser proveniente de recursos renováveis e uma redução de 20% no consumo de energia primária em relação aos níveis previstos, alcançado através da melhoria da eficiência energética, apenas esta última não será cumprida, a menos que sejam tomadas medidas adicionais. Continua portanto, no nosso entender, a ser prioritário alcançar os objectivos estabelecidos para 2020.

A recente publicação pela Comissão Europeia do “Roadmap for moving to a competitive low-carbon economy in 2050”, documento que, baseado em análises de modelos e cenários, aponta para um novo objectivo de redução dos gases causadores do efeito de estufa de 80 a 95% até 2050 (gráfico 1), relativamente a 1990, causa-nos extrema preocupação, pelas implicações que a eventual adopção das políticas aí descritas viriam a ter, tanto para a nossa Indústria como para a competitividade global da Europa, e acreditamos ser prematuro tirar conclusões antes de uma análise completa do tema.

Gráfico 1



Actualmente, os membros da EUROPIA (European Petroleum Industry Association), fornecem 30% da energia primária de que a UE precisa, percentagem que se deverá manter em 2030, de acordo com as previsões da Agência Internacional de Energia. A nossa Indústria emprega directa e indirectamente, mais de 500.000 pessoas. Os Impostos e taxas sobre os produtos petrolíferos refinados representam €240 mil milhões/ano na UE-27. O custo efectivo do fornecimento de energia é, e permanecerá um factor chave, tanto para a Indústria Europeia como para os consumidores. Estes benefícios não devem ser dados como adquiridos e é claro que há outras opções para além de abandonar completamente a utilização do petróleo, tendo em vista o objectivo de reduzir os gases causadores do efeito de estufa até 2050. Portanto, passar a mensagem de que a nossa indústria já não será necessária é, no mínimo, prematuro. Na prática, tal mensagem iria provavelmente acelerar decisões que afectariam a capacidade de refinação na UE, antes de estarem disponíveis alternativas para os nossos produtos com o necessário nível de acessibilidade e segurança.

Não há dúvida de que o “Roadmap for moving to a competitive low-carbon economy in 2050” vai para além da política climática. Se implementado, geraria uma mudança completa na base económica e social da Europa. Como tal, deverá ser alvo do adequado escrutínio dos Estados-Membros, incluindo outros Conselhos da UE que não apenas o Conselho do Ambiente, outras partes interessadas bem como a sociedade em geral, entre outros, sobre os seguintes aspectos:

- Exequibilidade nos Estados-Membros: está a sustentabilidade financeira da transição e a sua relação custo/eficiência, incluindo os custos potenciais de energias alternativas na substituição do petróleo, adequadamente avaliada? Qual é o custo de cada tranche das reduções de emissões e em que ponto a próxima tranche deixa de ser rentável?
- Crescimento e competitividade - crescimento, sendo um elemento-chave da estratégia de 2020 da UE: está previsto medir o progresso do crescimento e da competitividade internacional da UE, da mesma forma como temos objectivos de “baixo teor de carbono”?
- Tem a avaliação do impacto do “Roadmap” sido clara sobre as implicações dos caminhos propostos e de como eles se traduzem em crescimento e competitividade a nível nacional, regional e local?
- Empregos: dado que os caminhos descritos criariam procura por parte da UE, de determinadas tecnologias, que podem ser fornecidas de qualquer lugar, que atenção tem sido dada ao equilíbrio entre a criação de emprego (potencial) e a destruição de emprego (virtualmente certa) nas indústrias existentes a nível nacional, regional e local?
- Receitas fiscais: com a potencial redução no uso dos produtos petrolíferos, as receitas fiscais associadas diminuiriam e precisariam de ser substituídas. Este aspecto tem sido considerado no documento da Comissão?
- As implicações na cadeia de valor: são tidos em consideração os benefícios adicionais que a indústria petrolífera fornece à cadeia de valor, para além do fornecimento de combustíveis de transporte? Por exemplo, o fornecimento de matérias-primas e de produtos intermédios para o sector de produtos químicos?

Pelas considerações apresentadas, somos contra a selecção imediata de uma única via. Achamos que deverá ser iniciado um debate sobre o futuro industrial da Europa e se definam critérios, como instrumentos de navegação, para verificar o progresso relativamente aos objectivos estabelecidos para 2050, em termos de redução de emissões e competitividade. É essencial manter flexibilidade ao longo de um tão longo período de tempo e não excluir soluções que mais tarde poderão vir a revelar-se vencedoras, nem escolher tecnologias que poderão vir a revelar-se não competitivas e economicamente inviáveis.



Concluindo:

A questão da utilização da energia e as suas consequências para o clima é um tema que necessita de ser abordado de forma integrada face à sua complexidade e ao impacto que terá no futuro da UE.

Julgamos por demais evidente que cenários precipitados de eliminação pura e dura das fontes fósseis, para além das implicações económicas e sociais que acarreta, pode pôr em causa a segurança do abastecimento e a competitividade da UE.

Somos contra a selecção prematura de um único caminho que tecnologicamente nos possa conduzir a um impasse e exclua a possibilidade de iniciar outros que talvez só aparecem mais tarde e em que possamos ser bem sucedidos.

Julgamos que a sua implementação iria gerar uma mudança completa na base económica e social da Europa, não estando, no nosso entender, devidamente equacionadas, questões da maior relevância como: a segurança do fornecimento energético, a sustentabilidade financeira da utilização de energias alternativas, o crescimento e competitividade da UE, o meio milhão de postos de trabalho afectados e a necessidade de compensar a quebra de receitas fiscais originadas pelos impostos e taxas sobre os produtos petrolíferos.

Trata-se de uma matéria da maior importância, que deverá ser profundamente escrutinada pelos Estados-Membros, pelos Conselhos da UE, por todos os "stakeholders" envolvidos e pela sociedade em geral, pois a suas consequências terão efeitos não só a nível Europeu, como também a nível nacional, regional e local.

Fontes:

[Site da Direcção Geral de Energia, da Comissão Europeia](#)

[BP Statistical Review 2011](#)